



uff Universidade
Federal
Fluminense



Recomendações para mitigar os impactos da austeridade no CEFET/RJ

Relatório técnico apresentado pelo mestrando Rodrigo Martins de Oliveira ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação da docente Cláudia Henschel de Lima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



RECOMENDAÇÕES PARA MITIGAR OS IMPACTOS DA AUSTERIDADE NO CEFET/RJ

RECOMENDAÇÕES PARA MITIGAR OS IMPACTOS DA AUSTERIDADE NO CEFET/RJ

Relatório técnico apresentado pelo mestrando Rodrigo Martins de Oliveira ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação da Professora Doutora Claudia Henschel de Lima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



Resumo

03

Contexto e/ou organização e/ou
setor da proposta

04

Público-alvo da proposta

05

Descrição da situação-problema

06

Objetivos da proposta de intervenção

07

Diagnóstico e análise

08

Proposta de intervenção

09

Responsáveis pela proposta de
intervenção e data

15

Referências

16

RESUMO

A implementação da EC 95/2016 e suas consequências para a educação pública revelam os limites das políticas de austeridade no setor educacional. A análise dos dados orçamentários e dos relatórios de gestão da instituição em estudo evidenciou uma redução significativa dos investimentos em áreas essenciais, como infraestrutura e assistência estudantil.

Essa realidade, refletida nas percepções dos atores institucionais, reforça a ideia de um "estado permanente de crise" que afeta não só o funcionamento cotidiano da instituição, mas também sua capacidade de inovar e atender às demandas sociais e educacionais.

Os esforços de racionalização e contenção de despesas demonstram como a lógica neoliberal impôs uma nova subjetividade institucional, pautada pela busca incessante por eficiência e pela adoção de práticas empresariais no âmbito da gestão pública. Essa mudança de paradigma compromete a função social dos institutos e universidades, colocando em risco a produção crítica e a democratização do acesso à educação de qualidade.

O presente relatório é produto do trabalho de dissertação *"Neoliberalismo e Educação: Um Estudo de Caso Sobre o Impacto da Austeridade No Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ"* (Oliveira, 2024) e apresenta recomendações para a mitigação dos impactos das políticas de austeridade na Educação.



As pessoas que, desgostosas e decepcionadas, não querem ouvir falar em política, recusam-se a participar de atividades sociais que possam ter finalidade ou cunho políticos, afastam-se de tudo quanto lembre atividades políticas, mesmo tais pessoas, com seu isolamento e sua recusa, estão fazendo política, pois estão deixando que as coisas fiquem como estão e, portanto, que a política existente continue tal qual é. A apatia social é, pois, uma forma passiva de fazer política. (CHAUÍ, Marilena. 2000)

CONTEXTO

A ascensão do neoliberalismo, ao longo das últimas décadas, promoveu uma transformação profunda não apenas nas economias, mas também nas formas de sociabilidade e nas estruturas coletivas que sustentam a vida pública.

Diferente de uma mera ideologia econômica, o neoliberalismo constitui um projeto político que visa reformular o próprio tecido social. Um dos principais aspectos desse processo é a destruição metódica da coletividade, substituindo valores solidários por princípios individualistas e mercantilizados.

O neoliberalismo corrói os fundamentos da vida democrática, despolitizando a cidadania e subordinando todas as esferas da vida ao mercado. Essa transformação não apenas limita o poder de ação coletiva, mas também redefine os sujeitos como meros competidores em um jogo econômico. O neoliberalismo não se impõe apenas através de políticas de austeridade, mas também por meio da produção de subjetividades, moldando indivíduos que internalizam a lógica da concorrência e da performance. Nesse sentido, a coletividade não é apenas enfraquecida; ela é sistematicamente desmantelada, visto que a solidariedade e o bem comum são substituídos pela busca incessante de eficiência e sucesso individual, o que provoca um esvaziamento das estruturas simbólicas que fundamentam a vida em comum.

O desmantelamento da coletividade é, na verdade, parte de um projeto mais amplo de desarticulação das formas de resistência; é o enfraquecimento da capacidade dos indivíduos de pensarem coletivamente e de se organizarem contra as forças hegemônicas. O neoliberalismo cria uma sociedade fragmentada, na qual as pessoas se encontram isoladas em suas demandas individuais, incapazes de construir um horizonte político comum.

Deste modo, a asfixia da democracia não é algo incidental, mas é um projeto neoliberal. Anos de ataque multifacetado à vida política democrática geraram uma desorientação generalizada quanto ao valor da democracia e uma degradação social em relação a ela (Brown, 2019).

Diante desse cenário, é imperativo reconhecer que a mitigação dos impactos da austeridade não passa apenas por ajustes técnicos e orçamentários. **A resposta a esse desafio precisa incluir a reconstrução da coletividade e a ampliação dos espaços de participação e vida política dentro das instituições.** O fortalecimento do debate democrático, com a criação de fóruns permanentes de discussão sobre a alocação de recursos e a definição das prioridades institucionais, é um passo essencial para reverter o quadro de isolamento imposto pela lógica neoliberal. É necessário que a Instituição retome o protagonismo de sua comunidade acadêmica, envolvendo estudantes, docentes e técnicos em processos decisórios mais amplos e transparentes.

PÚBLICO-ALVO

O público-alvo da proposta é composto:

- Pelos gestores que atuam no nível estratégico da instituição: Além da gestão de recursos financeiros, a eles cabem as linhas de ação para a articulação política institucional.
- Pela comunidade acadêmica: docentes, discentes e técnicos-administrativos, que podem organizar e participar de campanhas de mobilização política, por meio de representação sindical e/ou outras agremiações.
- Por parlamentares e agentes políticos: Deputados, senadores e autoridades responsáveis pela destinação de emendas parlamentares e pela discussão orçamentária.
- Governos Federal, Estadual e Municipal: Ministérios e Secretarias que gerem políticas públicas voltadas à Educação e ao desenvolvimento regional.



DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

A partir da investigação dos impactos da austeridade na instituição, o estudo revelou fatos e dados que remetem à deterioração de suas condições orçamentárias.

As significativas limitações verificadas no período em análise deixam grandes desafios a serem enfrentados pela instituição na execução de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O PDI estabelece diretrizes e metas estratégicas para áreas cruciais como ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa; e depende diretamente de recursos financeiros adequados para sua implementação.

Isso inclui desde a manutenção da infraestrutura institucional até o financiamento de pesquisas e programas de extensão.

A falta de recursos leva à diminuição de vagas, cortes de bolsas, e restrição de investimentos em inovação e tecnologia, afetando não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a contribuição social do Cefet/Rj.

A investigação aponta a necessidade de um financiamento mais adequado e sustentado, para que o Cefet/Rj possa cumprir os seus objetivos estratégicos. Ao assegurar os recursos necessários, a instituição pode continuar a desempenhar seu papel essencial na formação de profissionais qualificados e na produção de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país.



OBJETIVOS DA PROPOSTA

O objetivo central desta proposta é fazer com que a questão da austeridade na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica ganhe a devida visibilidade, sendo reconhecida como um problema público e prioritário na agenda política.

Isso pode ser alcançado por meio da mobilização de atores estratégicos, articulação política e campanhas que sensibilizem a sociedade sobre a importância de um financiamento adequado e sustentável para as instituições de ensino.



Problemas públicos afetam um número substantivo de pessoas e têm efeitos amplos, incluindo consequências para pessoas que não estão diretamente envolvidas. São também difíceis ou impossíveis de serem resolvidos por meio da ação individual (Anderson, 2011, p. 85, tradução nossa).

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

A análise da situação-problema aponta que o Cefet/Rj depende fortemente de recursos públicos federais, o que o torna vulnerável às flutuações orçamentárias impostas pelas políticas de ajuste fiscal. Nesse ínterim, desenvolver uma maior articulação política pode contribuir para a reversão desse quadro, ao garantir visibilidade suficiente junto a parlamentares e gestores públicos para a formação de uma agenda política que contemple o problema do orçamento.

Os principais desafios identificados incluem:

- **Cortes em Verbas Discricionárias:** Limitação de recursos para a manutenção diária, como pagamento de serviços terceirizados, materiais e laboratórios.
- **Descontinuidade de Projetos de Pesquisa e Extensão:** Projetos fundamentais estão sendo interrompidos por falta de financiamento, prejudicando o desenvolvimento científico e o impacto social da instituição.
- **Fragilidade na Permanência Estudantil:** Programas de bolsas e auxílios estudantis foram reduzidos, o que afeta diretamente os estudantes mais vulneráveis.

A inserção desse problema na agenda política exige uma articulação que envolva toda a comunidade acadêmica e aproveite as janelas de oportunidade disponíveis, como as discussões orçamentárias no Congresso Nacional e momentos de revisão de políticas públicas.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A racionalidade neoliberal fragmenta e isola os indivíduos, enfraquecendo a capacidade de resistência coletiva às políticas de austeridade. Em contrapartida, esta proposta de intervenção baseia-se no resgate do coletivo como estratégia para mobilizar a inclusão do problema na agenda política, reforçando a noção de que a defesa da educação pública é um compromisso de toda a sociedade.

Por meio da construção de argumentos coesos, da articulação política e de uma campanha de comunicação, é possível reverter a lógica individualizante do neoliberalismo e assegurar que o financiamento adequado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica seja tratado como uma prioridade pública e política.

No intuito de oferecer caminhos para a mobilização, visando a formação de uma agenda para mitigar os impactos da austeridade, foram elaborados os cinco passos a seguir, inspirados no ciclo de políticas públicas.



De acordo com Subirats (1989), a limitação de recursos humanos, financeiros, materiais, a falta de tempo, a falta de vontade política ou a falta de pressão popular podem fazer que alguns problemas não permaneçam por muito tempo, ou nem consigam entrar nas agendas.

1º PASSO: ENTRADA NA AGENDA

A entrada na agenda política é quando o problema ganha visibilidade e se torna uma prioridade para os tomadores de decisão. Para que isso aconteça, algumas estratégias de articulação são essenciais:

- **Formação de Coalizões de Apoio:** A articulação com atores políticos e sociais, como parlamentares, , organizações civis e sindicatos, é fundamental para garantir que o problema seja reconhecido no cenário político.
- **Mapear e utilizar as janelas de oportunidade:** Oportunidades surgem em momentos específicos, como crises econômicas, mudanças de governo ou a elaboração do orçamento anual. Esses momentos devem ser aproveitados para destacar o problema da austeridade e propor soluções.

Linha de ação: Abrir canais de diálogo com parlamentares e outros atores políticos para o desenvolvimento de propostas para o fortalecimento da educação pública, organizar encontros e fóruns de discussão para expor o problema orçamentário e sensibilizar os tomadores de decisão.



2º PASSO: FORMULAÇÃO DE ALTERNATIVAS

Uma vez que o problema entra na agenda, é necessário apresentar soluções viáveis. Aqui, a articulação política e o trabalho com atores institucionais são cruciais para desenhar alternativas:

- **Parcerias com órgãos governamentais:** A aproximação com ministérios como o Ministério da Educação, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento e Orçamento, buscando a inclusão do Centro Federal em programas federais de financiamento, pode viabilizar soluções financeiras e operacionais.
- **Apresentação de Propostas de Revisão Orçamentária:** Propor a revisão de como os recursos são distribuídos, considerando a importância do Centro Federal para o desenvolvimento regional.

Linha de ação: Elaborar um documento com propostas de alocação de recursos, utilizando dados que apresentem o impacto social e contribuição econômica da instituição para a comunidade.



3º PASSO: TOMADA DE DECISÃO

A tomada de decisão é um processo de escolha que envolve negociação, interesses conflitantes e limitações práticas. Decisões acertadas podem levar a políticas eficazes que resolvem problemas públicos. Nesse contexto, é importante a realização de um trabalho de convencimento junto aos decisores políticos, para que estes destinem mais recursos para a instituição.

Linha de ação: Para tanto, é importante a participação ativa da comunidade acadêmica nos debates e audiências públicas, assim como nas instâncias de decisão, de modo a acompanhar as políticas orçamentárias e realizar a proposição de emendas que contemplem a instituição. Logo, é essencial manter constante diálogo com parlamentares, ministros e demais atores envolvidos na liberação de recursos.

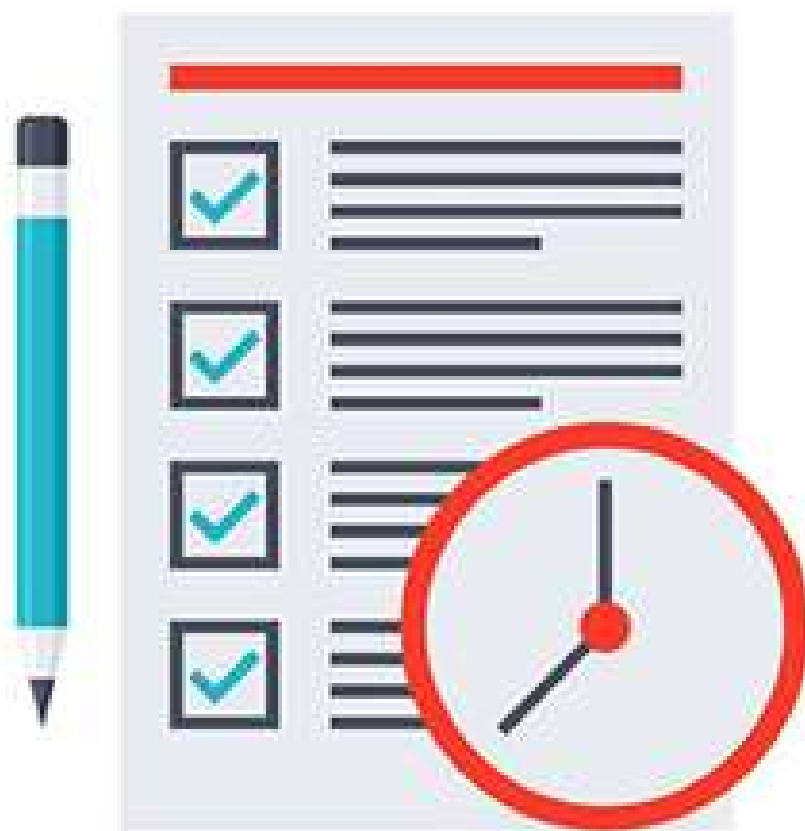
AS	DESCRIÇÃO	VOTAÇÃO EM ANDAMENTO
	Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da EC 126/2022 e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da CF; e altera a LC 101/2000 e a Lei 10.633/2002	SIM 57 NÃO 17 ABSTENÇÃO 0 PRESIDENTE 1 QUORUM 75 Votação Aberta Quorum Qualificado

4º PASSO: IMPLEMENTAÇÃO

Após o processo decisório, nos casos de desfecho positivo na articulação política, é necessário garantir que os recursos sejam efetivamente liberados e utilizados de forma aderente às reivindicações. A implementação deve seguir o planejamento estratégico delineado no 2º passo, formulação de alternativas. Para isso, é importante realizar:

- **Execução Orçamentária Efetiva:** Garantir que os recursos sejam aplicados de forma célere, respeitando os prazos estabelecidos. Para tal, sugere-se a descentralização dos setores de planejamento e de gestão orçamentária – hoje concentrados no campus Sede – para os demais *campi* do sistema.
- **Monitoramento Contínuo:** Acompanhar de perto a implementação das medidas para garantir que os recursos liberados estejam sendo utilizados adequadamente.

Linha de ação: Estabelecer um comitê de acompanhamento, com a participação de gestores, docentes e representantes da comunidade acadêmica, para garantir a boa execução dos recursos.



5º PASSO: AVALIAÇÃO

Por fim, é necessário registrar e avaliar os resultados alcançados com as medidas adotadas, tanto em termos de melhoria na gestão orçamentária quanto no impacto social e acadêmico:

- **Relatórios de Impacto:** Preparar relatórios periódicos que mostrem o impacto positivo da alocação de novos recursos.
- **Feedback da Comunidade:** Envolver a comunidade acadêmica na avaliação, verificando se as ações estão realmente atendendo às suas necessidades.

Linha de ação: Preparar um relatório anual de avaliação de resultados, que em conjunto com os relatórios de gestão, permitirá verificar se houve melhorias em indicadores como infraestrutura, permanência estudantil e na qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.



RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E DATA

Rodrigo Martins de Oliveira

Mestrando Profiap UFF
r_martins@id.uff.br

Prof^a. Dra. Claudia Henschel de Lima

Professora Permanente do Profiap UFF
claudialima@id.uff.br

REFERÊNCIAS

ANDERSON, James E. **Public Policymaking**. 7ª ed. Boston: Wadsworth-Cengage Learning, 2011.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir um Novo Regime Fiscal, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 dez. 2016.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019

CHAUÍ, Marilena. **Um convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

SUBIRATS, J. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la administración**. Madri: Inap, 1989

Discente: Rodrigo Martins de Oliveira

Orientadora: Claudia Henschel de Lima

Universidade Federal Fluminense

Outubro de 2024